

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

Pregão Eletrônico



Estado da Bahia  
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim  
Travessa Prof.<sup>a</sup> Nilda de Castro, S/N, Centro,  
Boa Vista do Tupim, CEP: 46.850-000  
CNPJ: 13.718.176/0001-25

## JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025

**Objeto:** Registro de preço visando a contratação de empresa especializada na organização de eventos, incluindo o fornecimento e montagem de toda a estrutura e pessoal necessário para atender as demandas do Município de Boa Vista do Tupim/BA.

O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO TUPIM, neste ato representado pelo Agente de Contratação designado pelo Decreto 049/2025, vem, em razão da **IMPUGNAÇÃO** ao Ato Convocatório do PREGÃO ELETRÔNICO em epígrafe, proposta pelo licitante: **MKDS EVENTOS MARKETING E DIVERTIMENTOS EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.906.450/0001-00, apresentar as suas razões, para, ao final decidir, como segue:

### I. DA ADMISSIBILIDADE

Ressalta-se que o licitante **MKDS EVENTOS MARKETING E DIVERTIMENTOS EIRELI-ME**, protocolou via e-mail, petição de IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025.

A doutrina aponta como pressuposto dessa espécie de contestação administrativa, cuja existência concreta deve ser preliminarmente aferida: a manifestação tempestividade, a inclusão de fundamentação e de pedido de reforma do instrumento convocatório. A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 164, assim disciplinou:

**Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.**

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



**Estado da Bahia**

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim  
Travessa Prof.<sup>a</sup> Nilda de Castro, S/N, Centro,  
Boa Vista do Tupim, CEP: 46.850-000  
CNPJ: 13.718.176/0001-25

Considerando que a impugnação recebida foi revestida pelos pressupostos formais necessários ao seu regular processamento, quer seja tempestividade e legitimidade, decide este agente de contratação pelo RECEBIMENTO DA IMPUGNAÇÃO, porque presentes os requisitos previstos no edital.

## II. DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

O impugnante de maneira sucinta em sua impugnação ao edital aduz:

O edital não fez previsão nos documentos de habilitação de "Certidão de Acervo Operacional–CAO cumprindo o que é estabelecido no Inc. II do Art. 67º da Lei 14.133/2021 conforme regulamentado na RESOLUÇÃO Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023 - Arts. 53, 54, 55, 56 e 57 (CONFEA) – para todos os lotes de ESTRUTURA, SOM, LUZ, LED e GERADOR. Inc. II do Art. 67º da Lei 14.133/2021; Certidões ou Atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;"

Solicitou a inclusão da referida exigência e republicação do edital.

Ainda, solicitou esclarecimento para os seguintes tópicos:

- 1) Qual será a forma exigida de comprovação do registro do Balanço?  
No edital não fica claro a obrigatoriedade do registro na Junta, Cartório ou SPED.
- 2) Para a adequada composição dos custos para formulação da Proposta solicitamos informações de quais serão as datas dos eventos/serviços.  
Essa informação é imprescindível.

Ao que parece trata-se de pedidos de esclarecimentos o qual será recebido como impugnação.

Esta é o breve Relato.

Sem razão a impugnante.

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Estado da Bahia  
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim  
Travessa Prof.ª Nilda de Castro, S/N, Centro,  
Boa Vista do Tupim, CEP: 46.850-000  
CNPJ: 13.718.176/0001-25

## III. DO JULGAMENTO DO MÉRITO

Cumprе registrar inicialmente, antes de adentrar a matéria e rebater os tópicos aventados pela impugnante, que as exigências estabelecidas no edital epigrafado são mínimas e legitimamente indispensáveis, tendo em vista a imprescindibilidade da contratação pretendida para o Município de Boa Vista do Tupim.

Ainda, sobreleva destacar que, compete à administração estabelecer diretrizes do que pretende, especificando o objeto que pretende licitar e os requisitos que venham assegurar o melhor desempenho sem riscos de não atender às suas necessidades.

Em tempo, cumpre ressaltar que, o procedimento licitatório é disciplinado pela sucessão de atos administrativos pré-ordenados, sob o comando do imperativo legal das normas, bem como da disciplina contida na Lei Federal nº 14.133/2021.

Também considera-se que, é facultada à administração a liberdade de escolha do momento oportuno para realização do procedimento licitatório, da escolha do objeto que atenda às suas necessidades, das especificações e das condições de execução do futuro CONTRATO.

Com isso, adentrando ao mérito da presente celeuma, cumpre iniciar informando que a Certidão de Acervo Operacional (CAO) não está prevista na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) sendo que tal exigência pela Administração pública não é obrigatória podendo ser facultativa de forma discricionária.

Exigir a CAO pode criar uma barreira indevida, limitando a concorrência, o que contraria os princípios da isonomia e da ampla participação previstos na lei, senão vejamos: a) Vedação a Exigências Excessivas: O art. 37, inciso XXI,



# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



**Estado da Bahia**  
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim  
Travessa Prof.<sup>a</sup> Nilda de Castro, S/N, Centro,  
Boa Vista do Tupim, CEP: 46.850-000  
CNPJ: 13.718.176/0001-25

da Constituição Federal e o art. 60 da Lei 14.133/2021 proíbem exigências que não sejam essenciais à execução do contrato.

A Lei 14.133/2021 permite que a Administração exija: a) Qualificação técnica baseada em atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado (art. 67); b) CAT (Certidão de Acervo Técnico), quando se tratar de comprovação de experiência de profissionais responsáveis pelo serviço;

De acordo com o Tribunal de Contas da União - TCU, ainda na vigência da legislação cogente revogada, não é possível exigir que a atestação de capacidade técnico-operacional de uma empresa participante de licitação seja registrada ou averbada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea). No entanto, é possível solicitar certidões de acervo técnico – CAT - ou anotações e registros de responsabilidade técnica - ART/RRT - emitidas pelos conselhos de fiscalização. Essas Certidões de Acervo Técnico – CAT -, emitidas em nome dos profissionais vinculados aos atestados, servem para conferir a autenticidade e veracidade das informações prestadas.

Para fins de habilitação técnico-operacional das licitantes em certames visando a contratação de obras públicas e serviços de engenharia, devem ser exigidos atestados técnico-operacionais emitidos em nome da licitante, podendo ser solicitadas as certidões de acervo técnico (CAT) ou anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, como **forma de conferir autenticidade e veracidade das informações constantes nos atestados emitidos em nome das licitantes.**<sup>1</sup> (Grifamos)

<sup>1</sup> BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2326/2019 – Plenário. Relator: Ministro Benjamin

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



**Estado da Bahia**

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim  
Travessa Prof.ª Nilda de Castro, S/N, Centro,  
Boa Vista do Tupim, CEP: 46.850-000  
CNPJ: 13.718.176/0001-25

Entretanto, a legitimidade do atestado de capacidade técnica-operacional, feita por meio de Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica -ART/RRT ou Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme o disposto na Resolução nº 1.137, de 2023 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA – pode, agora, ser realizada com a apresentação da Certidão de Acervo Operacional – CAO.

O art. 67, II, da Lei nº 14.133/2021, estabelece que a capacidade técnico operacional deve ser comprovada por meio de documentos que atestem: 1. Serviços similares em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado; 2. Certidões ou atestados emitidos pelo conselho profissional competente, quando aplicável.

A Lei não estabelece como obrigatória a exigência de Certidão de Acervo Operacional – CAO.

Conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, na etapa de habilitação, são analisados pela Administração a qualificação técnica dos licitantes, com o objetivo de aferir se dispõem de conhecimento, experiência e aparelhamentos técnico e humano suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado.

Logo, o instrumento convocatório e os demais documentos que fazem parte deste certame, acerta quando evidencia a condição personalíssima da capacidade técnica do profissional, seu notório saber, registrado em seu acervo técnico, bem como atestado de capacidade da empresa, vejamos a previsão editalícia:

## 6.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

\_\_\_\_\_  
Zymler

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Estado da Bahia

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim  
Travessa Prof.<sup>a</sup> Nilda de Castro, S/N, Centro,  
Boa Vista do Tupim, CEP: 46.850-000  
CNPJ: 13.718.176/0001-25

6.5.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu. **(PARA TODOS OS LOTES)**

## 6.5.2. Para o Lote 1

- a) Certidão de registro, do ano em curso, da licitante e de seu(s) responsável (eis) técnico(s), perante o CREA (lei 5194/661);
- b) Capacidade Técnico-profissional: comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega das propostas, profissional de nível superior Engenheiro Civil e Engenheiro Eletricista reconhecido pela entidade profissional competente, podendo esta ser através da apresentação de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum, Contrato Social ou termo de compromisso futuro.
- c) Apresentar no mínimo 01 (hum) Atestado de Capacidade Técnica em nome do Engenheiro Civil ou outro equivalente responsável técnico do licitante acompanhado de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica e do CAT – Certidão de Acervo Técnico, ambos emitidos pelo CREA, comprovando que o respectivo profissional tenha prestado serviços similares ao objeto desta licitação.
- c) Apresentar no mínimo 01 (hum) Atestado de Capacidade Técnica em nome do Engenheiro Elétrico ou outro equivalente responsável técnico do licitante acompanhado de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica e do CAT – Certidão de Acervo Técnico, ambos emitidos pelo CREA, comprovando que o respectivo profissional tenha prestado serviços similares ao objeto desta licitação.

A qualificação técnica é um dos requisitos fundamentais para assegurar que o licitante esteja capacitado a executar o objeto do contrato com a qualidade e a eficiência demandadas pela administração pública. A Constituição Federal, em seu art. 37, incisos XXI, impõe que a licitação deve assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes, resguardando-se o direito da administração de **exigir os requisitos técnicos mínimos necessários para a execução satisfatória do objeto.**



# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



**Estado da Bahia**  
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim  
Travessa Prof.<sup>a</sup> Nilda de Castro, S/N, Centro,  
Boa Vista do Tupim, CEP: 46.850-000  
CNPJ: 13.718.176/0001-25

No presente caso, as exigências previstas no edital estão de acordo com a legislação vigente, bem como atendem comprovação da experiência mínima das empresas que pretendem participar do presente certame, decidindo pela improcedência do pedido da impugnante.

Seguindo, agora quanto aos questionamentos sobre a forma exigida de comprovação do registro do Balanço, cumpre informar que o edital é claro ao fazer a previsão que o balanço será **apresentado na forma da lei**, sendo esta previsão, dentre outras, que o balanço seja registrado registro na Junta, Cartório ou SPED.

Quanto a solicitação de informações de quais serão as datas dos eventos/serviços, o edital fez a previsão das festas, bem como o local e mês, sendo que o dia do evento depende de fatores internos e externos, que tornam as datas flutuantes, mas delimitadas nos períodos, conforme edital, vejamos

3.2.1. Para a estimativa do quantitativo a ser demandada anualmente, utilizou-se a média anual de eventos conforme o calendário da cidade e a média de público esperado.

**Abril:** Festa de Vaqueiro (Sede do município)

**Junho:** São João (Sede do município)

**Julho:** São Pedro (Povoado de Iguape)

**Julho:** Aniversário da Cidade (Sede do município)

**Agosto:** Padroeiro do Distrito de Terra Boa

**Novembro:** Festa de Vaqueiro (Povoado Amparo Zuca)

**Outubro:** Peregrinação Santa Dulce dos Pobres (Assentamento Nova Cana Brava)

**Setembro:** Dia do Evangélico (Sede do Município)

**Dezembro:** Festividades de Fim de Ano (Sede do município)

Desta forma, não existe incoerência ou ausência de exigência no edital de convocação, sendo rechaçadas as alegações do Impugnante.

## IV. DA DECISÃO

Considerando as razões apresentadas pela impugnante e pelos fundamentos acima, conhecemos a impugnação, por tempestiva, para no mérito negar-lhe provimento por ausência de fundamento na sustentação do pleito, de maneira a manter o instrumento convocatório nos mesmos termos.

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



**Estado da Bahia**

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim  
Travessa Prof.<sup>a</sup> Nilda de Castro, S/N, Centro,  
Boa Vista do Tupim, CEP: 46.850-000  
CNPJ: 13.718.176/0001-25

Como consequência, determina-se a imediata publicação da decisão no Diário Oficial do Município, referente ao Pregão Eletrônico nº. 90003/2025, dando-lhe pleno conhecimento, prosseguindo-se os trâmites administrativos e legais do certame.

É como decido.

Boa Vista do Tupim/ BA, 18 de fevereiro 2025.

  
**Ivan Bezerra Fachinetti**  
Agente de Contratação/Pregoeiro  
**Ivan Bezerra Fachinetti**  
Ag. de Contratação / Pregoeiro  
Decreto N° 049/2025